

## Regulamento dos Leilões de Gado promovidos pela ACOS

### CAPÍTULO I

#### Disposições Gerais

##### Artigo 1º (Objecto)

1. O presente Regulamento tem como objectivo reger o funcionamento dos Leilões de Gado promovidos pela ACOS – Associação de Agricultores do Sul.
2. O Regulamento não prejudica a sujeição dos Leilões a outros termos e condições que, a todo o momento, sejam aprovados pela Direcção da ACOS e divulgados em local próprio.

##### Artigo 2º (Intervenção da ACOS)

1. Nos leilões por si promovidos, e sem prejuízo das competências da Direcção, previstas neste Regulamento, nos respectivos estatutos e na legislação aplicável, a ACOS é representada por um elemento da Direcção ou por um seu representante designado para o efeito, denominado Director de Leilão, responsável por todo o seu funcionamento.
2. Compete à ACOS promover a realização das operações necessárias à transacção dos animais apresentados.
3. A ACOS intervém nos Leilões unicamente como promotora dos mesmos e com vista a promover o encontro de intenções de compra e de venda, pelo que, com excepção do que for estritamente necessário para assegurar o funcionamento dos leilões e das operações neles concluídas, nos termos deste Regulamento, a mesma não actua como vendedora de bens, nomeadamente para efeitos de sujeição (i) às obrigações previstas na lei para os compradores e os vendedores, (ii) às obrigações previstas em legislação avulsa, quanto ao comércio de bens e, em especial, (iii) quanto a obrigações de garantia de bens vendidos.

##### Artigo 3º (Agenda de leilões)

1. Os leilões regulares têm lugar todas as segundas Quintas-feiras de cada mês, com início às 10.00 horas, salvo impedimento que venha a ser previamente

*Handwritten signature*

decidido e anunciado pela ACOS, nomeadamente quando aquela data for feriado nacional ou municipal.

2. Sempre que a ACOS julgue necessário, poderão realizar-se leilões suplementares em datas e horas a anunciar com uma antecedência mínima de 7 (sete) dias.
3. A realização dos leilões será anunciada nas instalações da ACOS e na página de internet da ACOS, podendo ainda ser divulgada por SMS, na rádio e/ou por outros meios que venham a revelar-se oportunos.

#### **Artigo 4º**

##### **(Participação dos apresentantes e arrematantes)**

1. Todos os vendedores e compradores intervenientes no leilão, adiante designados por apresentantes e arrematantes, respectivamente, deverão obrigatoriamente tomar conhecimento prévio deste Regulamento, pelo que o desconhecimento ou errada interpretação do mesmo não poderão justificar o seu incumprimento, nem isentar os apresentantes e os arrematantes das sanções nele previstas.
2. Para os efeitos do número anterior, e sempre que solicitado, todos os apresentantes e arrematantes deverão entregar uma declaração, nos termos a aprovar, a cada momento, pela Direcção da ACOS, sem a qual não poderão ser admitidos os respectivos pedidos de inscrição e/ou registo.
3. À ACOS reserva-se o direito de impedir a admissão e a entrada de apresentantes e arrematantes sempre que estes desenvolvam actividades e/ou tenham comportamentos contrários ao previsto na lei e no presente Regulamento, ou contrários aos seus superiores interesses, ou que de alguma forma possam perturbar o regular funcionamento dos leilões.

## **CAPÍTULO II**

### **Admissão e recepção do gado**

#### **Artigo 5º**

##### **(Inscrição de animais para leilão)**

1. A inscrição dos animais a admitir no Parque de Leilões é requerida à ACOS, através dos meios indicados no anúncio, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias relativamente à data do leilão e com os elementos que forem exigidos para o efeito, a definir pela Direcção da ACOS.

*Shunz*  
*Nauis*

2. A confirmação da admissão é feita por ordem de inscrição até ao limite da capacidade do Parque de Leilões, até 2 (dois) dias antes da data de realização do leilão.
3. Em caso de desistência da inscrição previamente efectuada com antecedência inferior a 3 (três) dias relativamente à data de realização do leilão, a ACOS reserva-se o direito de imputar ao apresentante as despesas, custos e encargos decorrentes da falta dos animais no leilão, nomeadamente aquelas que respeitam à publicitação dos mesmos ou à falta de inscrição de outros animais por falta de capacidade.

#### **Artigo 6º** **(Admissão e permanência dos animais)**

1. Os animais admitidos a leilão dão entrada no Parque de Leilões durante o dia que antecede a sua realização, entre as 9.00 horas e as 13.00 horas e entre as 14.00 horas e as 18.00 horas.
2. Durante a sua permanência no Parque de Leilões, os animais estão sujeitos exclusivamente a uma dieta hídrica, com excepção para situações cuja decisão cabe ao Médico Veterinário responsável pelo evento.
3. Os apresentantes autorizam, sem quaisquer reservas, a livre captação de imagens ou de vídeo, nomeadamente em suporte digital, dos animais apresentados a leilão, por parte dos funcionários ou colaboradores da ACOS ao serviço do leilão, designadamente para efeitos de publicitação do leilão e de apresentação e identificação dos animais durante a realização do mesmo.

#### **Artigo 7º** **(Documentação dos animais)**

Compete à ACOS controlar, de acordo com a legislação sanitária, de identificação e circulação de animais em vigor, a documentação oficialmente exigida no acto da admissão dos animais, bem como determinar o destino a dar aos que forem rejeitados e aos que vierem a ser excluídos, nos termos do artigo 18º do presente Regulamento.

#### **Artigo 8º** **(Recusa de entrada)**

1. À ACOS reserva-se o direito de recusar a entrada de veículos e de animais que não cumpram a legislação sanitária, de identificação e de circulação de animais,



bem como as recomendações por parte das autoridades competentes, em vigor a cada momento.

2. Os animais que, nomeadamente por apresentarem mau estado geral e/ou sinais de doença, serão submetidos à avaliação do Médico Veterinário responsável, que decidirá livremente e com autonomia sobre a sua admissão ao recinto.
3. A recusa, devidamente justificada, da entrada ou permanência dos animais que não preencham os requisitos previstos na lei, nomeadamente de acordo com os números anteriores, não confere aos apresentantes, ou aos arrematantes interessados na compra dos animais, qualquer direito de indemnização.

### **CAPÍTULO III**

#### **Responsabilidade**

##### **Artigo 9º**

##### **(Sinistros, reclamações e direitos de terceiros)**

1. Durante a permanência dos animais no Parque de Leilões, qualquer doença ou acidente que ocorra e cause danos físicos ou provoque a morte do animal, é da responsabilidade do seu proprietário do momento, isto é, constitui responsabilidade do apresentante ou do arrematante, se o sinistro ocorrer antes ou depois, respectivamente, do pagamento do preço do animal sinistrado e da consequente transmissão da propriedade.
2. Em consequência no disposto no número anterior, a ACOS não assume qualquer responsabilidade pelos danos que possam resultar para esses animais, incluindo a morte dos mesmos, nomeadamente quanto estejam em causa danos provocados por terceiros ou por outros animais, com excepção dos casos em que exista dolo por parte dos funcionários ou colaboradores ao serviço do Parque de Leilões e ficando qualquer indemnização limitada, em qualquer caso e por convenção das partes, ao valor base de licitação.
3. A entrada, o levantamento e o transporte de e para o Parque de Leilões é da responsabilidade do apresentante ou do arrematante, de acordo com o critério estabelecido no número um deste artigo, considerando-se qualquer ajuda prestada pela ACOS, seus representantes, trabalhadores ou colaboradores mera cortesia, não podendo daí decorrer qualquer tipo de responsabilidade para a ACOS quanto a danos que venham a ser causados.
4. A entrada, a permanência e a saída dos animais do Parque de Leilões, quer os mesmos hajam sido adjudicados em leilão ou não, sujeita os apresentantes e os arrematantes, ou quem estes indiquem para os serviços necessários à entrada,

*Handwritten signature*

permanência e saída dos animais, às regras vigentes no Parque de Leilões e às orientações da responsabilidade do Director do Leilão.

5. A ACOS não é responsável, nomeadamente perante o arrematante de lote ou lotes de animais, quando, por facto imputável ao apresentante ou a terceiro, o lote ou lotes de animais sejam total ou parcialmente objecto de reclamações ou reivindicações de terceiros e/ou apreendidos, a título provisório ou definitivo, pelas autoridades competentes, independentemente da data em que haja sido determinada ou realizada a respectiva reclamação, reivindicação ou apreensão, e da natureza ou montante de quaisquer prejuízos, perdas ou danos que para o arrematante possam decorrer desse facto, os quais deverão ser reclamados pelo arrematante directamente ao apresentante ou ao terceiro causador.
6. Os apresentantes garantem à ACOS que os animais que apresentam a leilão não se apresentam em situação de irregularidade, ilegalidade ou ilicitude, nomeadamente as previstas no número anterior.
7. Sem prejuízo dos poderes de verificação e controlo previstos nos artigos anteriores, a ACOS não é responsável pelo incumprimento, pelos apresentantes e arrematantes, da legislação sanitária, de identificação e circulação de animais em vigor, relativamente aos animais inscritos nos leilões.
8. A ACOS pode exigir aos apresentantes ou aos arrematantes a apresentação de apólice de seguro adequada, nomeadamente com cobertura multirriscos ou de responsabilidade civil, relativamente aos danos que possam ser causados pelos animais apresentados para venda ou licitados, enquanto os mesmos se encontrem nas instalações do Parque de leilões, ou obrigar os participantes ao pagamento de uma taxa referente aos encargos suportados pela ACOS com a contratação desse seguro.
9. Excepto em caso de dolo e sem prejuízo da responsabilidade do apresentante, a eventual responsabilidade da ACOS perante o arrematante fica, em qualquer caso, limitada ao montante efectivamente pago por este pela aquisição do animal ou lote de animais.

## CAPÍTULO IV

### Leilão de gado

#### Artigo 10º (Animais admissíveis a leilão)





Os apresentantes podem inscrever nos leilões animais oriundos de explorações legalizadas, sem restrições sanitárias e com classificação sanitária exigida para o efeito pela autoridade sanitária veterinária nacional.

### **Artigo 11º**

#### **(Registo dos participantes e contrato de prestação de serviços)**

1. Os interessados adquirem a condição de apresentantes e/ou de arrematantes após registo para o efeito e depois de, por escrito, accitarem as condições estabelecidas no presente Regulamento.
2. Do registo devem constar os seguintes dados dos apresentantes e/ou arrematantes, sem prejuízo de outros que venham a ser definidos pela Direcção da ACOS:
  - a. Nome;
  - b. Morada;
  - c. Número de telefone e endereço de e-mail;
  - d. Número de contribuinte;
  - e. Identificação completa do respectivo procurador, quando aplicável.
3. A ACOS reserva o direito de solicitar a apresentação do original de um documento de identificação válido e em vigor aos apresentantes e/ou arrematantes, bem como do documento que faça prova dos poderes de representação invocados por procuradores ou mandatários daqueles.
4. No caso dos poderes de representação virem a ser validamente contestados pelo suposto representado, será considerado arrematante, em nome próprio e com todos os deveres e obrigações resultantes do presente Regulamento, o suposto representante.
5. A ACOS poderá exigir aos apresentantes a subscrição de um contrato de prestação de serviços, relativo à promoção da venda em leilão, nos termos e condições que a cada momento forem aprovados pela Direcção da ACOS, o qual poderá prever, nomeadamente, as seguintes matérias:
  - a) Identificação completa do apresentante e, se for o caso, do seu representante;
  - b) A identificação e a descrição, ainda que sumária, dos animais;
  - c) O preço mínimo de venda do bem acordado pelas partes;
  - d) A comissão devida pelo apresentante à ACOS;
  - e) As taxas devidas relativas ao seguro e à inventariação do bem, quando aplicáveis;

- f) Quaisquer outras taxas, despesas, custos ou encargos acordados pelas partes, nomeadamente os relativos aos transportes, fotografias e publicitação do leilão;
- g) A assinatura do vendedor ou seu representante com poderes para o acto, declarando conhecer e aceitar os termos e condições do contrato e deste Regulamento, bem como outras condições particulares, quando aplicáveis.

### **Artigo 12º** **(Licitações e adjudicação)**

1. A adjudicação é feita pela maior oferta.
2. Cabe ao leiloeiro, sujeito às decisões do Director do Leilão, com total autonomia face aos apresentantes e/ou arrematantes, definir os intervalos mínimos e máximos entre cada lance, antes ou durante o decurso do leilão.
3. A ACOS não será responsável pela ausência de adjudicação e da consequente falta de venda do animal ou do lote de animais, não tendo o apresentante direito a qualquer compensação ou indemnização por esse facto.
4. A ausência de venda do animal ou do lote de animais não exclui o dever de o apresentante pagar à ACOS todas as quantias devidas nos termos do presente Regulamento, nomeadamente a taxa prevista no artigo 25.º.

### **Artigo 13º** **(Licitação pelo apresentante)**

O apresentante não pode licitar no seu próprio lote, nem fazê-lo através de terceiro.

### **Artigo 14º** **(Valor do lance)**

1. Os arrematantes não podem anunciar lances com valor inferior ao anunciado pelo leiloeiro.
2. A licitação por valor superior ao anunciado pelo leiloeiro fica sujeita a confirmação por parte do mesmo.

### **Artigo 15º** **(Retirada dos lances)**

Os lances não podem ser retirados, excepto se a maioria dos arrematantes e dos apresentantes presentes concordar, carecendo esta concordância sempre da validação do Director do leilão.

#### **Artigo 16º** **(Dúvidas sobre lances)**

Em caso de dúvida sobre o lance mais alto, o leiloeiro poderá obrigar a que o animal ou lote de animais em disputa seja novamente conduzido à praça, podendo apenas licitar os arrematantes daquele lance.

#### **Artigo 17º** **(Reclamações no decurso do leilão)**

1. Qualquer reclamação inerente à licitação e à adjudicação só poderá ser feita perante o leiloeiro, dentro do período de funcionamento do leilão, que dela dará conhecimento ao Director do leilão.
2. A decisão do Director do leilão será considerada, para todos os efeitos, definitiva, salvo decisão em contrário por parte da Direcção da ACOS, que a mesma venha a tomar por iniciativa própria e desde que essa decisão seja tomada no decurso do leilão, com excepção dos casos de recurso previstos neste Regulamento.

#### **Artigo 18º** **(Retirada de animais e exame dos animais)**

1. O Director do leilão poderá mandar retirar do leilão, sempre antes da sua conclusão, qualquer animal que, em sua opinião, se revele perigoso ou apresente sinais de doença ou inferioridade física, consultando, sempre que necessário, o Médico Veterinário responsável pelo evento.
2. Sem prejuízo do número anterior, nenhum animal ou lote de animais poderão ser retirados do leilão após o respectivo início, excepto com o acordo de todos os arrematantes.
3. Os animais a leilão são vendidos no estado em que os mesmos se encontrem, à chegada ao Parque de Leilões ou no momento do leilão, devendo os arrematantes proceder, pessoalmente ou por intermédio da pessoa indicada para o efeito, ao exame do referido estado, pelo que qualquer reclamação quanto ao animal e ao seu estado (nomeadamente, condições de saúde ou outras) deve ser feita pelo arrematante perante o apresentante.



*Namido*

4. Para efeitos do número anterior, os apresentantes desde já autorizam a ACOS a facultar aos arrematantes que o solicitem, desde que por motivo devidamente justificado, os dados de identificação completos dos apresentantes.
5. O exame previsto neste artigo deverá ser efectuado com respeito pelo normal funcionamento do Leilão.

#### **Artigo 19º** **(Transacção de animais retirados do leilão)**

Quando qualquer animal ou lote de animais recebidos para leilão for transaccionado depois do leilão, por ter sido retirado ao abrigo do disposto no número 1 do artigo anterior, mas antes de abandonar as instalações do Parque de Leilões, o seu comprador permanece obrigado ao pagamento dos valores estabelecidos no Artigo 25º.

#### **Artigo 20º** **(Base de licitação)**

Na falta de prévio acordo, a base de licitação será definida pelo Director do leilão ou pelo seu delegado, tendo em conta as cotações de mercado, podendo também fazê-lo o apresentante ou o seu procurador com poderes para o efeito, prevalecendo, em caso de divergência, o valor indicado pelo apresentante.

#### **Artigo 21º** **(Alteração da base de licitação)**

A base de licitação fixada nos termos do artigo anterior não poderá ser contestada ou alterada pelos apresentantes, durante ou após a realização do respectivo leilão.

#### **Artigo 22º** **(Entrega dos animais ao arrematante)**

1. Os animais leiloados serão entregues ao arrematante após efectiva comprovação do pagamento do valor da arrematação, bem como das taxas e outros encargos que forem devidos.
2. Estes montantes serão pagos directamente à ACOS, que posteriormente se encarregará de pagar ao apresentante o valor do preço, nos termos previstos no Regulamento e na legislação aplicável.
3. O disposto neste artigo não prejudica o regime previsto no Artigo 29.º do presente Regulamento.

### **Artigo 23º** **(Incumprimento do Regulamento)**

1. Qualquer violação do presente Regulamento poderá implicar para o seu autor, apresentante ou arrematante, a perda, temporária ou permanente, do direito à participação nos leilões, mediante decisão da ACOS.
2. O incumprimento de disposições acessórias deste Regulamento, pela ACOS ou pelos responsáveis pelo funcionamento do Parque de Leilões que não ponham em causa os direitos e as obrigações principais dos apresentantes ou dos arrematantes, nomeadamente o incumprimento de regras relativas aos meios de publicitação dos leilões, à antecedência dessa publicitação ou aos horários de realização dos leilões, não poderá ser invocado como causa de invalidade da compra e venda nem dará lugar a qualquer indemnização.

## **CAPÍTULO V**

### **Receitas e despesas**

#### **Artigo 24º** **(Encargos da ACOS)**

Sem prejuízo do Artigo 9º, número 2, são encargos da ACOS os inerentes ao simples maneo para a retirada dos animais do Parque de Leilões aquando do seu levantamento pelos arrematantes dentro do prazo fixado no Artigo 34.º, bem como todos os relacionados com os processos administrativos associados, nomeadamente a emissão de guias de circulação e a facturação.

#### **Artigo 25º** **(Taxas devidas à ACOS)**

1. São receitas da ACOS, no âmbito das actividades previstas neste Regulamento, as taxas de utilização cobradas aos apresentantes e aos arrematantes, designadamente em função do valor da arrematação dos animais.
2. Ao mesmo animal ou lote de animais que é adjudicado por venda em leilão é cobrada uma taxa ao apresentante e outra ao arrematante, nos seguintes termos:
  - a. Taxa a aplicar ao apresentante associado da ACOS: 1,5% (um, vírgula, cinco por cento);
  - b. Taxa a aplicar ao apresentante não associado da ACOS: 2,3% (dois, vírgula, três por cento);

- c. Taxa a aplicar ao arrematante: 1,5% (um, vírgula, cinco por cento);
- 3. Todos os associados só poderão, como apresentantes, transaccionar anualmente animais a beneficiar da taxa de 1,5% (taxa de associado) até ao montante dessa taxa equivalente ao valor das suas quotas, acrescido do valor dos bens e dos serviços adquiridos à ACOS no exercício imediatamente anterior, valor a partir do qual a taxa cobrada será de 2,3% (dois, vírgula, três por cento).
- 4. Caso o animal ou lote de animais não seja vendido em leilão, será cobrada uma taxa de utilização ao apresentante, no valor de 2,3% (dois, vírgula, três por cento) da base de licitação.
- 5. Às taxas previstas nos números anteriores acresce o IVA à taxa legal em vigor.

#### **Artigo 26º** **(Subvenções e prémios)**

São ainda receitas da ACOS as resultantes de subvenções ou prémios à comercialização que venham a ser instituídos, no âmbito das actividades referentes aos Leilões.

#### **Artigo 27º** **(Receitas de sanções)**

São ainda receitas da ACOS as que resultem da aplicação de sanções aos apresentantes e/ou arrematantes e demais intervenientes, por incumprimento das regras definidas neste Regulamento.

### **CAPÍTULO VI**

#### **Pagamentos e recebimentos**

#### **Artigo 28º** **(Pagamento ao apresentante)**

- 1. Em caso de venda em leilão do animal ou lote de animais, a ACOS paga aos apresentantes no próprio dia ou no dia útil seguinte à emissão da respectiva factura, sem prejuízo do disposto no número três.
- 2. Este pagamento será feito preferencialmente por transferência bancária, podendo a ACOS optar pelo uso de cheque.





3. A ACOS paga ao apresentante apenas depois de ter recebido o pagamento do preço devido pelo arrematante, sendo o pagamento ao apresentante previamente deduzido das comissões, impostos, taxas, despesas e outros encargos devidos nos termos da lei, deste Regulamento e dos demais termos e condições anunciados em relação ao Leilão.

### **Artigo 29º**

#### **(Pagamento pelo arrematante e reserva de propriedade)**

1. Os arrematantes pagam à ACOS o valor total dos lotes que adquiriram, acrescidos das respectivas taxas aplicadas.
2. Este pagamento deverá ser feito no próprio dia da realização do leilão e sempre antes dos animais abandonarem o recinto do Leilão.
3. O Director do leilão poderá determinar a obrigação de pagamento imediato, no acto de licitação, de uma quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor total dos lotes, a qual será considerada antecipação do cumprimento da obrigação de pagamento do preço e fica sujeita ao regime jurídico do sinal.
4. A propriedade dos bens licitados e adjudicados ao arrematante apenas se considera transmitida a favor do mesmo, quanto aos animais ou lotes de animais de um mesmo apresentante, logo que se encontre paga à ACOS a quantia total devida por esses animais ou lotes de animais adjudicados ao arrematante e sem cumprimento das formalidades referentes à facturação da transacção.
5. O arrematante será responsável pelos danos causados ao apresentante pela não transmissão da propriedade resultante do não pagamento das quantias devidas nos prazos previstos neste Regulamento.

### **Artigo 30º**

#### **(Meio de pagamento e entrega ao arrematante)**

1. Os pagamentos devem ser feitos (i) através de depósito em numerário, comprovado pelo recibo do mesmo, (ii) por transferência bancária, (iii) através do Multibanco, no terminal TPA a facultar pela ACOS, ou (iv) do Net Banco, nas contas indicadas pela ACOS.
2. Os pagamentos só serão validados após boa cobrança do meio de pagamento.
3. Os animais apenas serão entregues ao arrematante, ou a quem este expressamente mandar para o efeito, e retirados do Parque de Leilões, após a validação do pagamento.

4. A ACOS poderá estipular, previamente à realização dos leilões, as condições que serão obrigatoriamente observadas para efeitos de pagamento por parte dos arrematantes, nomeadamente quanto aos meios de pagamento que devem ser utilizados, pelos arrematantes, designadamente para permitir o crédito imediato do pagamento a favor da ACOS.

**Artigo 31º**  
**(Mora no pagamento pelo arrematante)**

1. A mora ou recusa de pagamento por parte de um arrematante de qualquer um dos lotes adquiridos implica, por parte da Direcção da ACOS, a suspensão da sua participação em futuros leilões, até deliberação em contrário.
2. Uma vez decorrido o prazo de 1 (um) dia para o arrematante efectuar o pagamento, sem que o mesmo seja realizado, a ACOS pode, em nome próprio e em representação do apresentante:
  - (a) Iniciar procedimento ou acção judicial para pagamento das quantias devidas, nomeadamente como preço e taxa, acrescidas dos demais encargos, incluindo custos de cobrança, juros de mora à taxa legal aplicável às transacções comerciais e juros compulsórios, até integral pagamento;ou, conforme o que for decidido pela ACOS, com o acordo do apresentante,
  - (b) Resolver o contrato de compra e venda, caso em que o lote ou lotes de animais em questão serão novamente vendidos pela ACOS, sem prejuízo do pagamento do seu preço de arrematação ao apresentante.
3. Todos os custos referentes à cobrança dos valores devidos pelo arrematante, incluindo, nomeadamente, taxa de justiça e honorários de advogados e agentes de execução, serão da responsabilidade do arrematante.
4. O disposto no número anterior não prejudica o direito de a ACOS exigir ao apresentante as provisões para despesas que forem necessárias, caso aquele opte pelo regime previsto na alínea (a) do número 2 deste artigo.

## **CAPÍTULO VII**

### **Levantamento dos animais**

#### **Artigo 32º (Verificação de condições de transporte)**

Cabe à ACOS verificar as condições de transporte dos animais, reservando-se o direito de não permitir a sua retirada caso o veículo não cumpra as normas da legislação em vigor, sendo da responsabilidade do arrematante os custos que daí resultem.

#### **Artigo 33º (Verificação da condição dos animais)**

A ACOS verifica as condições físicas e sanitárias dos animais a retirar e, estando conformes, autoriza a sua saída, para o que emite as guias de transporte e demais documentos legalmente exigidos, verifica os passaportes dos bovinos e entrega a restante documentação ao arrematante ou ao seu representante.

#### **Artigo 34º (Período de retirada dos animais)**

1. O período de retirada dos animais decorre desde o término do leilão até às 20.00 horas desse dia e das 9.00 horas até às 13.00 horas do dia seguinte.
2. Caso os animais permaneçam no Parque de Leilões após o limite fixado no número anterior, o arrematante fica obrigado a suportar todos os encargos em que a ACOS e/ou o apresentante venham a incorrer, devido ao atraso no levantamento dos animais, nomeadamente quanto a alimentação, honorários de tratadores, cuidados de saúde e ocupação de espaço.
3. Nas situações previstas no número anterior, os animais só poderão ser retirados após o pagamento das mencionadas despesas.
4. Após o prazo previsto no número um deste artigo, caso os animais permaneçam nas instalações da ACOS por facto imputável ao arrematante, incluindo a falta de pagamento das despesas, o risco de perda dos referidos animais, incluindo a morte, dano corporal, roubo ou furto dos mesmos, permanece exclusivamente por conta do arrematante.
5. O disposto no presente artigo é aplicável aos apresentantes de animais cuja venda, por qualquer motivo, não se consumou.



## CAPÍTULO VIII

### Sanções

#### Artigo 35º

##### (Sanção por atraso no pagamento)

1. Por cada dia de atraso será aplicada, a título de cláusula penal, uma sanção pecuniária no montante de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da arrematação, aos arrematantes que, depois de terem adquirido um ou vários lotes de animais, não os retirem nos prazos indicados no Artigo 34º, qualquer que seja o número de animais não levantados do Parque de Leilões.
2. A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor.
3. Aos apresentantes de animais cuja venda não se consumou será aplicada a mesma sanção pecuniária, caso não retirem nos prazos acima referidos os animais que continuam a ser sua propriedade.
4. A sanção prevista nos números anteriores é igualmente aplicável aos arrematantes que não procedam ao pagamento do preço nos prazos previstos e por cada dia de atraso nesse pagamento.

#### Artigo 36º

##### (Sanção por comportamento inadequado)

Todo e qualquer apresentante ou arrematante, ou seus representantes, que tiver comportamento indigno ou considerado incorrecto ou que de alguma forma não cumpra as disposições deste Regulamento, incorre na sanção de ser impedido de frequentar as instalações da ACOS por período a definir pela Direcção desta Associação.

#### Artigo 37º

##### (Processo de aplicação de sanções)

1. A aplicação das sanções é determinada pela Direcção da ACOS depois de analisados os factos e comunicada aos interessados no prazo máximo de 6 dias úteis, através de correio registado com aviso de recepção.
2. Esta decisão poderá ser objecto de recurso, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ACOS e enviado por correio registado com aviso de recepção no prazo de 6 dias úteis a contar da data da recepção da comunicação prevista no número 1.

*Handwritten signature*

3. A Assembleia-Geral decidirá num prazo máximo de um mês, prazo durante o qual se mantém a decisão tomada pela Direcção da ACOS.

**Artigo 38º**  
**(Lei aplicável e foro competente)**

1. Todas as situações omissas neste Regulamento reger-se-ão, em primeiro lugar, pelo Código Civil e, quando o mesmo não for aplicável ou for omissivo, a restante legislação em vigor que não seja afastada por vontade das partes, nos termos deste Regulamento.
2. Para dirimir quaisquer litígios entre a ACOS, os apresentantes e os arrematantes será competente o tribunal da Comarca de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.
3. Os apresentantes e os arrematantes, ao aceitarem os termos e condições de presente Regulamento, aceitam o pacto de competência previsto no número anterior.

Beja, 05 de Março de 2015

A Direcção da ACOS

*Handwritten signature: Rui Manuel Espírito Santo*  
*Handwritten signature: António de Jesus Silva*